

SENTIDO DA VIDA COMO PROPÓSITO DA VIDA

MEANING OF LIFE AS PURPOSE OF LIFE

<https://doi.org/10.26512/rfmc.v12i1.52445>

José Vinicius Fonseca Vilela
Universidade de Brasília

<http://lattes.cnpq.br/2336972481462553>
<https://orcid.org/0009-0008-6417-8226>
joseviniciusfonseca6@gmail.com

Mestrando em Filosofia pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília. Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Interesse em filosofia da mente, ética e metafísica.

RESUMO

A que nos referimos quando nos indagamos acerca do sentido da vida? O que “sentido” significa? Responder a essas perguntas é dar um conceito de sentido. Meu objetivo é defender o propósito como uma das possíveis interpretações de sentido. Após ressaltar a diferença entre conceito e concepção de sentido, irei argumentar que o conceito de sentido como propósito se baseia em uma dupla dimensão compartilhada por esses dois construtos. Então, argumentarei que outros conceitos de sentido englobam a noção de propósito: sentido como transcendência e como inteligibilidade. Apresentarei uma objeção proposta por Metz (2001) de que a ideia de propósito é incompatível com concepções essencialistas de sentido. Respondo que essa objeção, se aceita, pode mitigar um conceito de sentido que repose exclusivamente na ideia de propósito, mas que esse não é o caso aqui. Concluo que propósito é um dos principais significados de “sentido”, mas não o único, e que, portanto, uma vida com propósito é *prima facie* uma vida com sentido, embora o contrário não seja necessariamente verdadeiro.

Palavras-chave: Sentido da vida. Propósito. Transcendência. Inteligibilidade.

ABSTRACT

What do we refer to when we ask about the meaning of life? What do we mean by “meaning” here? To answer these questions is to give a concept of meaning. My aim is to defend purpose as one of the possible interpretations of meaning. After highlighting the difference between concept and conception of meaning, I will argue that the concept of meaning as purpose is based on a double dimension shared by these two constructs. Then, I will argue that other concepts of meaning encompass the notion of purpose: meaning as transcendence and meaning as intelligibility. I then present an objection proposed by Metz (2001) that the idea of purpose is incompatible with essentialist conceptions of meaning. I answer that this objection, if accepted, may mitigate a concept of meaning that rests exclusively on the idea of purpose, but that this is not the case here. I conclude that purpose is one of the main meanings of “meaning”, but not the only one, and that, therefore, a purposeful life is *prima facie* a meaningful life, although the opposite is not necessarily true.

Keywords: Meaning of life. Purpose. Transcendence. Intelligibility.

Introdução

Qual é o sentido da vida? Daqui em diante, irei me referir a essa questão simplesmente como “QSV.” O problema colocado por ela é antigo. Muito embora a expressão “sentido da vida” tenha sido cunhada, ao que tudo indica, somente nos últimos anos do século XVIII, preocupações correlatas, como por que estamos aqui e como devemos viver, parecem acompanhar a humanidade há milênios (Leach; Tartaglia, 2018). Contudo, trabalhos acadêmicos, que se debruçam sistematicamente sobre o problema do sentido da vida, formam um conjunto recente junto à tradição analítica da filosofia.

Apesar disso, o campo do sentido da vida não deixou de fazer alguns desenvolvimentos desde que se estabeleceu como área de pesquisa distinta, no final dos anos 1990. Uma das teorias proeminentes sobre o que dá sentido à vida se assenta na tese de que Deus, tal como é concebido pelas tradições teístas, é necessário para que a vida tenha sentido. Mais especificamente, é o fato de cumprirmos um propósito que Deus tenha nos atribuído que confere sentido às nossas vidas (Mawson, 2013; Metz, 2019). Essa teoria, conhecida como Teoria do Propósito Divino (TPD), implica que, se Deus não existe, ou se Ele existe e falhamos em cumprir seu propósito, então nossa vida não tem qualquer sentido.

Como dito, a TPD constitui uma das tentativas de responder à QSV. Ela estipula as condições para que uma vida tenha sentido. Mas de que maneira exatamente a questão é respondida? Por que apontar um propósito divino para nossas vidas é um modo de falar sobre seu sentido? No presente trabalho, pretendo me ocupar dessas perguntas. Em primeiro lugar, farei uma distinção, encontrada na bibliografia, entre conceito e concepção de sentido, e irei justificar a necessidade por um conceito de sentido nas investigações sobre o sentido da vida. Em segundo lugar, pretendo argumentar que um dos conceitos proeminentes de sentido se assenta na noção de propósito, em virtude de uma dupla dimensão compartilhada por esses dois construtos. Por fim, concluirei

mostrando que a TPD, à medida que se fala de um propósito para a vida humana, constitui-se *prima facie* uma teoria adequada do sentido.

Conceito e concepção de sentido

Thaddeus Metz (2001, p. 138) faz uma distinção importante entre duas ordens de investigação no que se refere ao sentido da vida. Por um lado, há uma investigação de primeira ordem, destinada a responder diretamente à QSV. A resposta, na forma de uma teoria ou concepção de sentido, busca estabelecer as condições mais gerais e fundamentais que, se obtidas, tornam a vida significativa, isto é, conferem sentido a ela. Dito de outra forma, essa teoria ou concepção se propõe a dizer qual é, afinal, o sentido da vida, se há tal coisa. Pelo fato de se debruçar sobre o que dá sentido às vidas, a TPD se configura como uma teoria ou concepção de sentido. Por outro lado, existe um tipo de investigação diferente, de segunda ordem, que não se preocupa em responder à QSV, mas em dizer o que ela significa. Ao invés de argumentar a favor de um determinado conjunto de condições capazes de dar sentido à vida ou, em resumo, ao invés de dizer qual o sentido da vida, essa ordem de investigação diz o que a questão da vida quer dizer, afinal de contas. O que “sentido” quer dizer? O que significa dizer que a vida de alguém tem sentido? Responder a essas perguntas é oferecer não uma concepção, mas um conceito de sentido da vida. Esse tipo de investigação pode até mesmo mostrar que a QSV é ela mesma sem sentido e que estamos diante de um pseudoproblema, como é o caso no trabalho de A. J. Ayer (1963).

Mas por que precisamos de um conceito de sentido? Porque a QSV, por mais que tenha sido explorada, mesmo que implicitamente, ao longo da história, não deixa de ser um pouco obscura. Não é claro o que a QSV pede, de modo que é difícil saber até mesmo como uma resposta a ela se pareceria. É possível até mesmo que ela contenha em si várias perguntas diferentes, de maneira que possa acomodar diferentes respostas. A vagueza da questão é bem ilustrada por uma famosa passagem de *O*

Guia do Mochileiro das Galáxias, um clássico da ficção científica escrito por Douglas Adams (2004). Nela, uma civilização extraterrestre constrói um supercomputador, chamado de Pensador Profundo, com a esperança de que ele possa finalmente solucionar o mistério da existência. Eles pedem a ele a resposta para a vida, o universo e tudo mais e, depois de muito pensar, Pensador Profundo diz que a resposta é... quarenta e dois. Em face ao espanto de todos, ele diz que ninguém sabia exatamente o que a pergunta significava (nem havia uma pergunta, na verdade), e que, quando souberem a pergunta, saberão o que a resposta significa. A passagem do livro de Adams sugere que a primeira tarefa de quem se propõe a responder à QSV é saber sobre o que, afinal de contas, se está falando. É só quando sabemos o que a pergunta pede que podemos vislumbrar quais as possíveis respostas a ela. Além disso, como ressalta Metz (2001, p. 138), o trabalho de conceituação do objeto de pesquisa é importante para distingui-lo de outros objetos semelhantes. Uma teoria do sentido é sobre o sentido da vida, e não sobre outra coisa. Mas como distinguir isso a que nos referimos por sentido de outros construtos, como felicidade e moralidade? Um conceito de sentido deve também ajudar a delimitar esse campo de investigação.

O que pretendo fazer é defender que um conceito proeminente de sentido se assenta na ideia de propósito, ou seja, falar sobre o sentido da vida é, em grande parte, falar sobre o propósito da vida. É provável, como apontam Metz (2001, p. 150) e Stewart Goetz e Joshua Seachris (2020, p. 11), que não haja um conceito unívoco de sentido capaz de unificar todos os usos legítimos da expressão, de modo que a tese aqui defendida não é que o conceito de sentido é esgotado pelo de propósito, mas que esse último é capaz de englobar muito do que queremos dizer quando falamos em sentido da vida. Isso é suficiente para mostrar que a TPD é uma teoria do sentido legítima.

Sentido como propósito

Existe uma associação natural entre sentido e propósito. Quando perguntamos acerca do sentido de uma ação, o que queremos saber é o propósito com que ela foi realizada. O mesmo se dá com objetos produzidos por uma mente criadora. Imagine que estamos assistindo a um filme surrealista, repleto de cenas obscuras e enigmáticas; perguntamos então “Qual o sentido desse filme?”, na esperança de que o propósito com o qual ele foi feito – e às cenas que o compõem – elucide aquilo que estamos vendo na tela e dê algum sentido para aquilo que é aparentemente *nonsense*.

Essa semelhança no uso das palavras foi reconhecida por alguns filósofos como indicativo de que, quando falamos do sentido da vida, queremos saber sobre o propósito da vida. Kai Nielsen, por exemplo, afirma que a QSV da vida pede por nada mais que um propósito valoroso a ser buscado e cumprido:

[Quando perguntamos sobre o sentido da vida] nós estamos perguntando qual (se há algum) é o objetivo das nossas vidas. O que poderia dar às nossas vidas propósito ou objetivo, se algo o faria. Angustiadados, lutamos para encontrar o propósito, objetivo ou razão para nossas pobres vidas (Nielsen, 1964, p. 316, tradução nossa).

No mesmo tom, R. W. Hepburn conclui que, tendo em vista que o uso de “sentido” em outros contextos sugere a equivalência entre sentido e propósito, esse também deve ser o caso no que tange ao sentido da vida:

Nós falamos do sentido de um gesto, de uma transação, de uma disposição de tropas; e nesses casos estamos falando do objetivo, propósito ou finalidade do ato ou conjunto de atos. Esse uso sugere uma igualdade entre ter sentido e ter propósito (Hepburn, 1966, p. 126, tradução nossa).

Susan Wolf, uma filósofa bastante influente no debate contemporâneo, reconhece a ambiguidade da expressão, mas admite que o significado mais central repousa na noção de propósito:

Embora possa perfeitamente haver muitas coisas em jogo quando as pessoas perguntam ‘Qual é o sentido da vida?’, a mais central delas parece ser uma tentativa de encontrar um propósito ou objetivo para a existência humana. É um pedido para descobrir por que estamos aqui (ou seja, por que existimos no fim das contas), com a esperança de que uma resposta a esta pergunta também nos dirá algo sobre o que deveríamos fazer com as nossas vidas (Wolf, 2013, p. 782, tradução nossa).

Mas, para além da aparente sinonímia entre os termos, quais seriam as razões para a associação tão comum entre sentido e propósito? Antes de me voltar a esse problema, é preciso esclarecer o que se quer dizer por “propósito.” O debate contemporâneo parece se concentrar sobre o propósito enquanto uma propriedade encontrada nas razões de um agente. Como afirma Kurt Baier (2009, p. 80), dois tipos de propósitos podem emergir daí: um atribuído a ações intencionais e outro a objetos fabricados. O primeiro é aquele representado pelas razões que um agente possuiu ao realizar uma ação. “Por que você piscou para mim? Porque eu queria te alertar das más intenções desse rapaz.” Alertar sobre as más intenções do rapaz é o propósito da ação de piscar o olho. É para isso que a ação foi feita; esse é seu objetivo ou finalidade. Por outro lado, propósitos podem ser atribuídos a objetos fabricados. O propósito do objeto, nesse caso, na verdade é o propósito que o agente teve ao fabricá-lo. O propósito de uma máquina do tempo é viajar para o passado ou o futuro, mas só é assim porque seu(s) criador(es) construíram-na com esse propósito em mente. Dessa forma, ambos os tipos de propósito, o que podemos chamar de “propósito intencional”, atribuído a ações, e “propósito funcional”, atribuído a artefatos, envolvem a parti-

cipação de agentes.¹ É nesse contexto que o debate sobre o propósito da vida está sendo referido aqui e é referido em boa parte das discussões contemporâneas.

Tendo circunscrito o conceito de propósito, resta-nos dizer por que ele é comumente associado ao sentido. Wolf (2013), na citação acima, aponta para uma razão: tanto sentido quanto propósito compartilham ao menos uma dupla dimensão, epistêmica e normativa, de modo que uma resposta em termos de propósitos pode, a princípio, constituir uma resposta adequada à pergunta pelo sentido da vida em uma ou em ambas as dimensões.

A dimensão epistêmica do sentido é aquela que aproxima a pergunta pelo sentido de algo a uma *explicação* desse algo, a um modo de torná-lo inteligível. Sentido, então, seria sobre fazer sentido ou *sense-making* (Seachris, 2019; Thomas, 2019). Quando perguntamos pelo sentido de alguma coisa, segundo essa abordagem, queremos saber por que ela existe, por que ela aconteceu. “Qual o sentido dessa cena?”, podemos perguntar enquanto assistimos a um filme surrealista, e com isso queremos algo que a explique. Obteremos assim uma descrição de fatos que, em virtude de suas relações com o objeto, é capaz de torná-lo inteligível. O mesmo seria com a vida. Fazer sentido das nossas vidas – explicá-las e dar inteligibilidade a elas – é dar sentido às vidas. O sentido vem, assim, na forma de uma descrição geral capaz de explicar, dentre outras coisas, por que existimos, por que estamos aqui.

O propósito possui uma dimensão epistêmica, uma vez que é comumente utilizado para explicar certos fenômenos. Já foi dito que o pro-

¹ A circunscrição do uso de “propósito” a contextos onde há participação de agentes é uma consequência do abandono, por parte da modernidade, da teleologia aristotélica, que via a causa final como irreduzível e imanente a um objeto. Dada a própria natureza do objeto, sua finalidade é o bem em vista do qual as mudanças nele ocorrem (Aristóteles, *Ph.* 195a 15). Em outras palavras, o bem determinado pela natureza da coisa é o que explica os processos pelos quais a coisa passa em direção a esse bem (Charles, 2012, p. 229). Essa noção de teleologia foi dispensada na modernidade em detrimento de uma explicação puramente mecânico-causal dos fenômenos naturais, e as ideias de propósito, finalidade e objetivo, estritamente falando, foram reservadas às razões de agentes.

pósito relevante é aquele que envolve agentes; portanto, em situações que envolvem a participação de agentes, uma explicação em termos de seus propósitos é possível. No caso do filme surrealista, o sentido das cenas – o que as explica – pode vir na forma dos propósitos do cineasta por trás do filme. Pode ser, por exemplo, que ele queria representar a inspiração artística, e por isso tais e tais elementos compõem a cena, por isso ela é filmada dessa forma peculiar etc. O propósito de um agente, nesse caso, explicou a existência e configuração particular daquela cena antes enigmática, e agora inteligível. Um propósito que a vida possui, nesse sentido, é capaz de explicar nossa existência, no caso de termos sido criados por um ser inteligente. Não sabemos se esse é o caso, mas o importante é reconhecer que esse é um cenário possível. Se é possível, então saber nosso propósito, aquilo pelo qual fomos criados, é capaz de explicar nossa existência e, de acordo com a dimensão epistêmica referida acima, dar sentido às nossas vidas.

A segunda dimensão compartilhada tanto pelo sentido quanto pelo propósito diz respeito a um modo de vida a ser seguido, algo capaz de nos dar uma direção e dizer, em linhas gerais, o que devemos fazer com as nossas vidas. Pelo fato de pedir por uma regra que diga o que devemos fazer, irei chamá-la de dimensão normativa. Autores como Ayer (1963, p. 479) e Nielsen (1964, p. 318) concordam a QSV pede por uma norma, e que por isso estamos diante de uma questão de valor, e não de fato – ao contrário do que diz a dimensão epistêmica. Se isso é verdade, então é bastante claro de que modo um propósito pode dar sentido à vida. Um propósito suficientemente valoroso pode fornecer o modo de vida requerido para o sentido. Se temos boas razões para adotar um propósito particular e, com isso, nos engajarmos em seu cumprimento, poderemos orientar e coordenar nosso comportamento em uma direção específica, estabelecendo objetivos definidos de acordo com esse propósito e sustentando uma motivação mais ou menos constante para seu cumprimento (SCchultz, 2015, p. 6). Dessa maneira, se a QSV é sobre aquilo que devemos fazer, um modo de vida que devemos adotar, então uma resposta em termos de propósito(s) valoroso(s) que devemos almejar pode ser uma resposta adequada.

Interessante notar que ambas as dimensões compartilhadas por sentido e propósito são bem diferentes entre si. A dimensão epistêmica, representada pela pergunta “Por que eu existo?”, pede por uma descrição de fatos sobre o mundo. Esses fatos podem ser apenas aqueles admitidos por uma metafísica naturalista (caso em que propósitos sobrenaturais estariam excluídos) ou podem admitir as razões de um ser criador, como o Deus das religiões teístas. Qualquer que seja, será uma informação sobre como o mundo é, a maneira como ele está (ou foi) configurado. Por outro lado, a dimensão normativa não pede por uma descrição. A pergunta “O que eu devo fazer?” claramente não será respondida com uma informação sobre como as coisas estão arranjadas. Em vez disso, ela pede por uma prescrição, ou algo que deve ser. Ela está acompanhada também de um juízo de valor, já que o que deve ser o deve porque é bom que seja assim. Dessa maneira, parece que estamos diante de duas ordens bastante diferentes de conceitos: um meramente descritivo e outro prescritivo; um que nos diz um fato e outro que nos dá um valor. De acordo com a tradicional distinção entre “é” e “deve”, não estamos autorizados logicamente a derivar juízos prescritivos de juízos descritivos, o que sugere que há uma lacuna entre as duas dimensões de sentido e propósito. De qualquer forma, elas permanecem como dimensões possíveis dos conceitos e, pelo menos se considerarmos uma única dimensão separadamente, sentido e propósito ainda compartilham semelhanças fundamentais.

Disso não se segue que a QSV *deve* ser respondida em termos de propósitos; significa simplesmente que essa é uma resposta possível, *prima facie* adequada e não contraditória. Ao contrário da resposta do supercomputador do livro de Adams, em que “quarenta e dois” é uma resposta obviamente inadequada,¹¹ dizer que “o propósito da vida é...” ou “o sentido advém do cumprimento de um propósito x” constituem respostas adequadas ao problema, pois se encontram no mesmo nível de categoria – ambas possuem uma dimensão epistêmica e normativa, como pretendi mostrar. Agora, é possível que nossa existência não tenha razão alguma e que sejamos apenas resultado de um processo evolutivo

¹¹ Para usar a terminologia de Ryle (2009), dizer que o sentido da vida é quarenta e dois seria incorrer num erro categorial.

cego e aleatório, que por acaso nos deu capacidades intelectuais suficientemente sofisticadas para pensarmos em coisas como o sentido da vida. É possível também que não existam propósitos valorosos em volta dos quais devamos orientar nossas vidas; é possível que nada valha a pena, que tudo termine na morte inevitável e que, poder-se-ia concluir, todos os nossos esforços sejam fúteis. Esses foram os pensamentos recorrentes de Tolstói (2017) em sua crise de meia idade. Uma resposta à QSV em termos de propósitos pode, então, se mostrar falsa. Mas isso não significa que ela seja necessariamente falsa ou contraditória, porque tanto sentido como propósito compartilham certas características que os torna semelhantes em categoria e, portanto, adequados um ao outro, e foi isso que pretendi mostrar.

É possível também que a QSV não seja primariamente sobre o propósito da vida. Dois outros conceitos de sentido são comumente referidos na bibliografia, o de transcendência e o de inteligibilidade. A seguir, irei explorá-los brevemente a fim de mostrar que, mesmo que não sejam baseados na ideia de propósito, a incluem de um jeito ou de outro.

Robert Nozick (1981) sugeriu um conceito de sentido baseado na transcendência de limites. A ideia é que, para que algo tenha sentido, ele deve estabelecer alguma relação com algo externo a ele. Uma palavra adquire sentido pois se relaciona a uma ideia, uma imagem ou outras palavras; em suma, é preciso *sair* da própria palavra e buscar outras coisas que, através de uma adequada relação com ela, a dotam de sentido. Quando falamos em sentido da vida, segundo Nozick, queremos dizer mais ou menos a mesma coisa: uma vida tem sentido à medida que se relaciona a coisas fora dela, mais especificamente, à medida que transcende seus próprios limites. Nas palavras de Nozick,

[...] a frase ‘o sentido que você dá para sua vida’ se refere às maneiras que você escolhe transcender seus limites, o pacote e o padrão particulares de conexões externas que você escolhe exibir com sucesso (Nozick, 1981, p. 595, tradução nossa).

Assim, estamos diante de um conceito de sentido. A QSV é sobre modos de transcender nossos limites. Os limites a que o autor se refere são aqueles do nosso próprio valor. O sentido vem quando transcendemos nosso próprio valor limitado e nos conectamos a outras coisas de valor, não-triviais. Segundo Nozick (1981, p. 595), é por isso que tomamos a vida numa máquina de experiência, dedicada exclusivamente à promoção do próprio prazer, como destituída de sentido.^{III} A pessoa no tanque não se relaciona a nada fora dela. Seu próprio valor, no caso, seu prazer, é a única coisa que a interessa. Agora, uma vida que afeta positivamente outros seres é um tipo de vida que transcende os limites do próprio valor. Além disso, relacionamentos interpessoais, lutar por causas sociais, criar e apreciar obras de arte, se engajar na produção de conhecimento, dentre outras coisas, são exemplos de conexões a coisas de valor e portanto capazes de dar sentido às nossas vidas, segundo o conceito de Nozick. Pode haver discordância no que tange ao tipo de relação e à natureza daquilo a que nos conectamos, mas mais importante na abordagem de Nozick é a transcendência do próprio valor e conexão com coisas valorosas, não-triviais.

Apesar de não repousar primariamente sobre a noção de propósito, é claro como o propósito pode ser uma fonte de sentido. Propósitos, a depender do seu objeto, pode fazer com que o indivíduo saia dos limites de seu próprio valor e se conecte a valores externos. O propósito de escrever um romance, por exemplo, conecta o indivíduo aos valores da arte e da apreciação estética de seus leitores. O propósito de se engajar

III A Máquina de Experiência é um experimento de pensamento proposto por Nozick (2010, p. 725) em seu livro *Anarquia, Estado e Utopia*, de 1974. Nele, uma máquina é capaz de proporcionar todas as experiências que alguém desejar, bastando que, após programar a máquina de acordo com seu perfil, a pessoa deite num tanque e adormeça com diversos eletrodos grudados em seu cérebro. Enquanto vive as experiências proporcionadas pela máquina, ela não sabe que está numa realidade simulada; tudo parece real, como se de fato estivesse vivendo tudo aquilo que experimenta, quando na verdade ela está adormecida em um tanque. A questão colocada por Nozick é que ninguém escolheria se conectar à máquina para sempre e viver o resto de sua vida tendo falsas experiências, por mais prazerosas que sejam. Esse é um influente argumento utilizado contra teorias que defendem que a vida boa depende inteiramente do caráter subjetivo da experiência, como o hedonismo – a ideia de que o prazer é o único bem intrínseco.

em causas sociais conecta o indivíduo a todos que serão afetados por sua luta. Cumprir um propósito divino também faz com que o indivíduo transcenda o próprio valor e atinja um valor externo, se alinhar à vontade de Deus, o ser sumamente bom que o criou e o ama. Dessa forma, propósitos podem dar sentido à vida, pois são ocasiões para transcender os limites do próprio valor. Mas notemos que isso restringe os propósitos relevantes àqueles que apontam para algo fora do indivíduo. De acordo com o conceito de Nozick, um propósito destinado a aumentar o próprio prazer e desenvolver as próprias capacidades, por exemplo, não são capazes de conferir sentido à vida (Metz, 2001, p. 146). Ainda assim, muitos dos propósitos que acreditamos comumente serem conferidores de sentido são abarcados pelo conceito de sentido como transcendência.

Outro conceito bastante influente na bibliografia é aquele que toma o sentido como sendo sobre inteligibilidade (Wisdom, 2000; Cabrera, 2004; Seachris, 2019; Thomas, 2019). Algo já foi dito sobre ele aqui, quando falamos da dimensão epistêmica do sentido. De acordo com esse conceito, ter sentido na vida é sobre fazer sentido da vida (*sense-making*). Isso envolve uma explicação do porquê estamos aqui, isto é, do porquê existimos, como foi dito anteriormente. Mas, além disso, alguns autores enfatizam que fazer sentido da vida também requer modos de tornar inteligível outros aspectos da vida. Joshua Seachris (2019, p. 365), por exemplo, afirma que a QSV se direciona àqueles “assuntos existencialmente relevantes que definem e descrevem a condição humana,” como nossa origem, nosso fim, nosso valor e significância, além do nosso sofrimento e morte. Todos esses são elementos que, segundo o autor, devem fazer parte de uma tentativa de dar inteligibilidade à vida, algo capaz de explicar e dar coerência à nossa condição humana, demasiado humana. De acordo com Seachris (2019, p. 372), essa inteligibilidade se dá pelo encaixe dessas experiências num contexto explicativo mais amplo, contexto esse capaz de satisfazer nossas necessidades por sentido. Apesar de possuir uma abordagem ligeiramente diferente, Joshua L. Thomas (2019) concorda que, quando fazemos a QSV, o que queremos é um modo de fazer sentido das coisas. Segundo o autor, buscamos maneiras de estabelecer conexões causais e teleológicas capazes de abarcar certos elementos relevantes para uma compreensão da vida,

como nossa origem, nosso fim, o impacto das nossas ações no mundo e uma narrativa que seja capaz de dar coerência aos diversos eventos que compõem a vida. Dessa maneira, segundo o conceito de sentido como inteligibilidade, a QSV pede por explicação geral da vida que seja capaz de conectar diversos elementos considerados relevantes para sua inteligibilidade e, ao fazer isso, dar inteligibilidade e coerência às nossas experiências.

Uma das maneiras de fazer sentido da vida é encontrando um propósito para ela. Nosso propósito, saber por que estamos aqui, pode dar coerência a muitas das nossas experiências e oferecer um curso de ação a ser seguido. Tanto Seachris (2019, p. 372) como Thomas (2019, p. 1567) reconhecem que uma das questões relevantes para a completa inteligibilidade da vida repousa em um propósito para ela: saber o que é a vida ou, para utilizar uma expressão emblemática, saber sobre o que é tudo isso (“*what’s it all about?*”, em inglês), parece levar-nos inevitavelmente a algum propósito possível, seja um propósito externo, como de um criador, seja um propósito que nós mesmos nos instituímos. É provável que um propósito sozinho não seja capaz de dar toda a inteligibilidade de que a vida necessita; outros aspectos dela, como a origem, o fim, o valor e a narrativa que conecta tudo isso, podem não ser abarcados totalmente por um propósito. Seria preciso, como sugere Seachris (2019, p. 374), uma visão de mundo ou quadro de referência mais amplos capaz de endereçar a essas questões todas as respostas que elas requerem. Mas, seja como for, é razoável crer que parte dessa visão de mundo seja destinada ao estabelecimento de propósitos para a vida; isso parece indispensável para um sentido completo, seja para nos dizer por que existimos, seja para nos dizer o que devemos fazer, como foi defendido.

Assim, propósito possui um papel importante na compreensão do conceito de sentido, mesmo em abordagens que não baseiam esse último inteiramente sobre ele. Não é minha intenção avaliar esses outros conceitos. Determinar se eles correspondem adequadamente ao que queremos dizer quando falamos em sentido da vida é algo que foge ao escopo dessa investigação. Me debrucei sobre eles apenas para mostrar que a noção de propósito é central ao sentido, ainda que não seja o único

modo de compreendê-lo. Essa é uma conclusão que podemos extrair disso: o conceito de sentido é mais amplo que o de propósito e traz à tona diversas ideias diferentes – como inteligibilidade, coerência, valor, relação etc. Muitas coisas estão em jogo quando falamos em sentido da vida e encontrar um conceito único e bem delimitado, em outras palavras, *definir* “sentido” no presente contexto, não é tarefa simples. Me contento apenas em apontar um de seus significados mais salientes, que é o de propósito.

Uma possível objeção à ideia de sentido como propósito é apresentada por Metz (2001, pp. 141-142). Segundo o autor, sentido não pode ser definido como propósito porque existem casos legítimos do uso de “sentido” que não são sobre ter ou perseguir quaisquer propósitos. Um exemplo é o de pessoas que acreditam que suas vidas têm sentido pois fazem parte de uma linhagem ancestral ou porque são o povo escolhido de Deus. Nesses casos, não há nenhum propósito em jogo, nem um propósito atribuído por um criador, a ser cumprido por suas criaturas, nem propósitos auto instituídos e ativamente buscados; as pessoas *nascem* tendo sentido na vida, por assim dizer. Ainda assim, parece razoável manter que vidas podem, logicamente, ter sentido dessa maneira. Pelo fato de não parecer implicar em contradição sustentar que vidas podem ter sentido mesmo sem nenhum propósito, Metz sustenta que essas concepções essencialistas de sentido constituem uma objeção à tentativa de basear o conceito de sentido sobre a ideia de propósito. Um conceito de sentido deve abarcar os diversos usos legítimos de “sentido da vida”, e o propósito deixa de fora ao menos esse modo de se referir a vidas com sentido.

É possível responder a essa objeção argumentando que essas concepções essencialistas de sentido na verdade não são legítimas e implicam em contradição, caso em que seria preservado o propósito como significado fundamental de “sentido”. Contudo, o que pretendo ao apresentar essa objeção é mostrar que ela não representa ameaça real ao que estou defendendo, e com isso esclarecer o que fiz até aqui.

A objeção de Metz se direciona a conceitos de sentido que são exclusivamente baseados no propósito, isto é, onde ter sentido na vida nada

mais é do que ter propósito na vida. Como vimos, não é fácil obter um conceito preciso de sentido, e existem diversos outros modos de compreender “sentido” na bibliografia, sendo transcendência e inteligibilidade dois dos mais salientes. Ambos são mais amplos que propósito, mas ainda deixam espaço conceitual para ele. Dessa maneira, enquanto sentido pode não ser sobre ter propósitos – existem outras maneiras de ter sentido na vida, outras formas de transcender os limites do próprio valor, outros modos de dar inteligibilidade à vida – essa é uma das maneiras de ter sentido na vida. Isso é verdade tanto num conceito de sentido exclusivamente baseado no propósito quanto em conceitos mais amplos, como pretendi mostrar. O caso das concepções essencialistas de Metz é uma objeção para o primeiro tipo de conceito, mas não os outros. Essas concepções, bem como os outros conceitos de sentido apresentados, são perfeitamente compatíveis com o que estou defendendo, a saber: que uma das maneiras salientes de ter sentido na vida – um dos significados de “sentido” – repousa na noção de propósito. Não quero implicar com isso que essa é a única maneira, que esse é o único significado de “sentido”. É provável, dado tudo que foi dito, que o conceito de sentido seja difícil de ser capturado numa definição e que toda tentativa de defini-lo encontre contraexemplos como o de Metz. Mas essa não é a preocupação aqui.

Conclusão

Estabelecer o que queremos dizer com “sentido da vida” é importante se quisermos avançar na discussão de quais são as condições capazes de conferir sentido às nossas vidas. Dado que o conceito é algo obscuro, precisar o que estamos falando é indispensável para a compreensão mútua e avaliação das diversas teorias do sentido. Em verdade, ter *algum* conceito de sentido é importante até mesmo para sabermos como uma resposta à questão da vida se pareceria, ou seja, saber o que devemos esperar de uma teoria do sentido.

Nesse trabalho, argumentei que um dos significados salientes de “sentido” repousa na ideia de propósito, de maneira que perguntar pelo sentido da vida é, dentre outras coisas, perguntar pelo propósito da vida. As razões para a aproximação entre esses dois conceitos estão nas chamadas dimensões epistêmica e normativa do sentido, e que são compartilhadas com o propósito. Para reforçar a centralidade do propósito para o sentido, analisei dois outros conceitos de sentido encontrados na bibliografia, o sentido como transcendência e o sentido como inteligibilidade, e aponte que ambos admitem conceitualmente o propósito como uma das formas de ter sentido na vida.

Não pretendi oferecer um conceito completo e acabado de sentido, mas apenas justificar uma correlação comum que ele possui com o propósito. Isso é suficiente para o projeto mais amplo de analisar e avaliar a TPD. Lembremos que essa teoria defende que cumprir um propósito atribuído por Deus é necessário para ter sentido na vida. Em virtude da importância da noção de propósito para a teoria, me alonguei na discussão desse conceito e de como ele se configura como um modo legítimo de se referir a vidas com sentido. Isso significa que a TPD é, antes de tudo, uma teoria adequada do sentido – isto é, ela oferece condições para o *sentido*, e não para outra coisa – e deve ser avaliada como tal. É claro que isso não implica que ela é uma solução verdadeira ao problema, mas que ela é legítima, ao contrário da solução oferecida pelo supercomputador do livro de Adams: “quarenta e dois” obviamente não é uma resposta adequada à questão da vida, e sabemos o porquê.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, D. *O Guia do Mochileiro das Galáxias: não deixe a Terra sem ele*. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.
- ARISTÓTELES. *Física I-II*. Tradução de Lucas Angioni. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- AYER, A. J. The Claims of Philosophy. In: NATANSON, M. (ed.) *Philosophy of the Social Sciences: A Reader*. New York: Random House, 1963, pp. 468-486.
- BAIER, K. O sentido da vida. In: MURCHO, D. (ed.) *Viver para Quê? Ensaios sobre o sentido da vida*. Lisboa: Dinalivro, 2009, pp. 47-101.
- CABRERA, J. Sentido da vida e valor da vida: uma diferença crucial. *Philosophos*, v. 9, n. 1, p. 7-28, jan./jun. 2004. DOI: <https://doi.org/10.5216/phi.v9i1.3218>.
- CHARLES, D. Teleological Causation. In: SHIELDS, C. (ed.) *The Oxford Handbook of Aristotle*. Oxford: Oxford University Press, 2012, pp. 227-266.
- GOETZ, S.; SEACHRIS, J. W. *What Is This Thing Called the Meaning of Life?* New York: Routledge, 2020.
- HEPBURN, R. W. Questions About the Meaning of Life. *Religious Studies*, v. 1, n. 2, p. 125-140, Apr. 1966. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0034412500002419>.
- LEACH, S.; TARTAGLIA, J. (ed.) *The Meaning of Life and the Great Philosophers*. New York: Routledge, 2018.
- MAWSON, T. J. Recent Work on the Meaning of Life and Philosophy of Religion. *Philosophy Compass*, v. 8, v. 12, p. 1138-1146, dec. 2013. DOI: <https://doi.org/10.1111/phc3.12087>.
- METZ, T. *God, Soul and the Meaning of Life*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
- METZ, T. The Concept of a Meaningful Life. *American Philosophical Quarterly*, v. 38, n. 2, p. 137-153, Apr. 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/20010030>. Acesso em: 25 out. 2023.
- NIELSEN, K. Linguistic philosophy and “the meaning of life”. *Cross-Currents*, v. 14, n. 3, p. 313-334, summer, 1964. DOI: https://doi.org/10.1007/978-94-009-3483-2_1.

- NOZICK, R. A Máquina de Experiência. *In*: BONJOUR, L.; BAKER, A. (eds.) *Filosofia: textos fundamentais comentados*. Porto Alegre: Artmed, 2010, pp. 724-727.
- NOZICK, R. *Philosophical Explanations*. Cambridge: Harvard University Press, 1981.
- RYLE, G. *The Concept of Mind*. New York: Routledge, 2009.
- SCHULTZ, D. Measuring purpose in life: A review. *Graduate Student Journal of Psychology*, v. 16, p. 5-24, 2015. DOI: <https://doi.org/10.52214/gsjp.v16i.10896>.
- SEACHRIS, J. From the meaning triad to meaning holism: unifying life's meaning. *Human Affairs*, v. 29, n. 4, p. 363-378, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1515/humaff-2019-0031>.
- THOMAS, J. L. Meaningfulness as Sensefulness. *Philosophia*, v. 47, n. 5, p. 1555-1577, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1007/s11406-019-00063-x>.
- TOLSTÓI, L. *Uma Confissão*. São Paulo: Mundo Cristão, 2017.
- WISDOM, J. The Meanings of the Questions of Life. *In*: KLEMKE, E. D. (ed.) *The Meaning of Life*. New York & Oxford: Oxford University Press, 2000, pp. 257-260.
- WOLF, S. The Meanings of Lives. *In*: PERRY, J.; BRATMAN, M.; FISCHER, J. M. (eds.) *Introduction to Philosophy: Classical and Contemporary Readings*. Oxford: Oxford University Press, 2013, pp. 782-793.

Recebido em 31 de janeiro de 2024

Aprovado em 31 de março de 2024

Publicado em 26 de novembro de 2024

